

**José Gonçalves Cortes e *O Telegrapho*: Fragmentos
de uma cultura da impressão na Província de Minas
Gerais no Primeiro Reinado (1829-1831)**

**José Gonçalves Cortes and *O Telegrapho*: Fragments of a printing
culture in the Province of Minas Gerais in the Brazilian First
Reign (1829-1831)**

*Luciano da Silva Moreira*¹

¹Doutor em História. IFMG Campus Ibirité. E-mail: luciano.moreira@ifmg.edu.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5198-456X>

RESUMO

Este artigo detém-se sobre a cultura da impressão das primeiras décadas do Império do Brasil, destacando a linguagem tipográfica daquele período e a formação de uma ampla rede de comunicação. Em torno do projeto político de D. Pedro I, estabeleceu-se uma rede de comunicação áulica, que envolveu publicistas em vários locais do Império. Dentre os escritores pedristas, destacamos a atuação de José Gonçalves Cortes, principal redator da folha periódica conservadora *O Telegrapho*, publicada na Província de Minas Gerais entre 1829 e 1831. A partir das informações sobre Cortes e sua tipografia, serão abordadas as articulações políticas que possibilitaram a constituição de uma cultura da impressão naquele tempo, permitindo compreender o poder simbólico dos periódicos no contexto efervescente que antecedeu a Abdicação do primeiro imperador do Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Imprensa; Minas Gerais; Primeiro Reinado; Redes de Comunicação.

ABSTRACT

This article focuses on the printing culture of the first decades of the Empire of Brazil, highlighting the typographic language of that period and the formation of a wide communication network. Around D. Pedro I's political project, an aulic communication network was established, which involved publicists in various locations throughout the Empire. Among the writers who supported D. Pedro I, we highlight the work of José Gonçalves Cortes, main editor of the conservative periodical *O Telegrapho*, published in the Province of Minas Gerais between 1829 and 1831. Based on information about Cortes and his typography, the political articulations that made it possible the constitution of a printing culture at that time, allowing us to understand the symbolic power of periodicals in the effervescent context that preceded the Abdication of the first emperor of Brazil.

KEYWORDS: Press; Minas Gerais; Brazilian First Reign; Communication Networks.

A historiografia sobre a imprensa periódica mineira no Primeiro Reinado e nas Regências privilegiou os escritos e as trajetórias de personagens representativos do liberalismo moderado, relegando os opositores ligados ao conservadorismo ao quase esquecimento. O conservador “*enragé*” José Gonçalves Cortes (1782-1864) é um desses sujeitos históricos que são lembrados, o mais das vezes, nos rodapés das páginas de artigos acadêmicos. Na maioria das referências, é mencionado apenas como redator do *Telegrapho* de Ouro Preto, sem maiores detalhes de sua vida pessoal e política. Apesar da dificuldade de se encontrar documentos sobre sua trajetória, acreditamos que José Gonçalves Cortes atuou de forma significativa na imprensa periódica entre os anos de 1829 e 1833, inserindo-se em uma ampla rede de interlocutores *áulicos*² que alcançava regiões distantes do Império do Brasil.

Este artigo discute a ação política de José Gonçalves Cortes por meio da imprensa periódica no contexto do acirramento crítico entre D. Pedro I e a Câmara dos Deputados, que culminou na Abdicação. Esse período foi marcado pela intensa publicação de periódicos impressos, que se constituíram em ambiente de luta e parte essencial da vida política imperial. Em torno dos produtos das tipografias, estabeleceu-se gradualmente uma cultura da impressão, da qual sujeitos como Cortes partilhavam as mesmas práticas e representações impressas. Nesse sentido, este trabalho também aborda a trajetória da Tipografia de Cortes, identificando os elementos constitutivos daquela cultura da impressão, sobretudo o caráter simbólico dos impressos e dos tipos móveis.

² Para Marcelo Basile, os *áulicos* eram um grupo que defendia, de maneira geral, o projeto centralizador de D. Pedro I e a Constituição de 1824, colocando-se contra as revoluções e propostas liberalizantes, federalistas e republicanas (ver: BASILE, 2011, p. 174).

Ressaltamos que impressos conservadores são quase inexistentes nos acervos hemerográficos, salvo algumas folhas esparsas. O *Telegrapho* é um desses jornais que quase desapareceram, não fossem os pouquíssimos exemplares deteriorados que foram guardados em instituições como o Arquivo Público Mineiro (APM) e o Arquivo da Arquidiocese de Mariana. Em decorrência do caráter fragmentário e descontínuo desses registros, é fundamental o cruzamento com fontes variadas, como a documentação produzida pelas câmaras municipais e as correspondências da Presidência da Província de Minas Gerais, que nos permitem acompanhar parte dos caminhos que nosso personagem trilhou na primeira metade dos Oitocentos, ampliando sua imagem para além de seu papel reconhecido como redator do *Telegrapho*. Além do mencionado periódico, lançamos mão de outras folhas de caráter conservador, como *O Analista*, *O Cruzeiro* e o *Amigo da Verdade*, para encontrar informações sobre Cortes e o jornal que redigia³. A partir dessas fontes, podemos ter uma noção aproximada de quem foi um dos principais opositores dos liberais-moderados mineiros.

José Gonçalves Cortes

Natural da Freguesia de Prados (MG), José Gonçalves Cortes era filho do português Antônio Gonçalves Cortes e de Anna Gonçalves Rodrigues, “nascida, e baptizada na Freguesia de Nossa Senhora da Borda do Campo”⁴. A ascendência materna ajuda a explicar a relação de Cortes com a região de Barbacena, como podemos identificar pelas representações da Câmara

³ Cabe ressaltar que consultamos periódicos na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, que podem ser acessados pelo link: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em 26/03/2024.

⁴ PRADOS. Arquivo Eclesiástico da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Prados. Registros de Batismos (1771-1789), f. 183v., registro de 14 jul. 1782.

Municipal daquela povoação, expedidas em momentos cruciais da Independência. Destacamos uma representação da Câmara da Vila de Barbacena, enviada por ocasião da coroação de D. Pedro I, que afirma:

“Nós quizeramos, se possível nos fosse, executar pelas nossas mãos esta acção gloriosa, mas se nós não podemos executar nada nos impede que o façamos pelas do nosso representante *José Gonçalves Cortes*: a quem por via de hum accórdão lançado no Livro deste Senado, o revestimos para isso de todos os poderes necessarios.

Todas as vezes, que o temos destinado para levar à Augusta Presença de V. M. I. as nossas representações, não temos invejado a sua sorte; mas agora o consideramos mais feliz do que nós; pois que ele não vai ser o nosso representante, mais sim dos Santos Anjos; que Deus tem destinado para executar esta acção, que toda he sua, e só digna delle” (*Gazeta do Rio de Janeiro*, 3/12/1822. Itálico no original).

O documento, além de evocar uma concepção política entendida como um poder que pairava entre os homens e Deus, típica da tradição embasada no direito divino dos reis, apresenta José Gonçalves Cortes como representante – revestido “de todos os poderes necessários” – dos *homens bons* da Vila de Barbacena. Assim, no início do primeiro reinado, Cortes experimentava a “alquimia da representação” através da qual ele constituía simbolicamente o grupo sócio-político que representava (BOURDIEU, 2008, p. 83). Em janeiro de 1823, os serviços prestados por Cortes à monarquia foram reconhecidos ao obter a almejada mercê do Hábito da Ordem de Cristo⁵, fortalecendo os vínculos entre príncipe e súdito ao afirmar a continuidade de uma “economia das mercês”, base do processo de constituição do Estado Moderno (OLIVAL, 2001, p. 20). Alguns anos mais tarde, o próprio Cortes tornava público, no *Telegrapho*, os agraciados com as ordens de Cristo, de Avis, da Rosa e do

⁵ AN. *Ordens Honoríficas*. Decreto agraciando com o grau de Hábito a: Francisco José da Silva; José Gonçalves Cortes; João Antônio de Lemos - 30/01/1823. Referência: BR RJANRIO 69.CALOCR.7870490.

Imperial Cruzeiro (*Telegrapho* (O), 28/12/1830), inserindo-se no processo de comunicação e mediação em torno dessas honrarias, pois a mercê “devia ser exibida [e publicizada] para garantir honra e poder, não só ao agraciado como ao monarca” (OLIVAL, 2001, p. 116).

As ações de Cortes, em suas manobras pelas tramas daquele mundo em transformação, podem ser compreendidas a partir das relações sociais em que estava envolvido, como os vínculos estabelecidos com os Magalhães, grandes negociantes de São João Del Rei, ao contrair matrimônio com Mariana Querubina de Almeida Magalhães⁶. Das alianças familiares à atuação junto à Câmara Municipal de Barbacena, Cortes mantinha-se próximo aos proprietários ligados à economia agrário-mercantil do sul mineiro. No contexto da Independência, Cortes representava uma elite que visualizava na tradição dinástica “a via mais segura para a mudança” (SILVA, 2012). Assim, ao transitar entre a Comarca do Rio das Mortes e a capital do Império, contribuiu para o fortalecimento do projeto político de D. Pedro, que visava consolidar o poder central no Rio de Janeiro. Sua atuação em defesa da autoridade monárquica continuou no Primeiro Reinado.

Com a abertura da Assembleia Geral, em 1826, evidenciavam-se os desentendimentos entre a Câmara temporária e o Poder Moderador. A tensão crescente era vivida na imprensa periódica, que assumia os contornos de verdadeira arena política. Para fazer frente às folhas de tendência liberal, que dominavam os espaços de discussão em Minas Gerais, os conservadores articularam-se para entrar na luta impressa, integrando uma rede *áulica* que já atuava na Corte (BASILE, 2011, p. 174). Assim, entre março e abril de 1829, José Gonçalves Cortes percorria, mais uma vez, os caminhos de Minas. A jornada de Cortes em direção à Ouro Preto tinha como objetivo reafirmar seu papel como

⁶ SÃO JOÃO DEL REI. Matriz de N. Sra. Pilar de São João del Rei. Registro Paroquial de Casamento, Livro nº 9, folha 170, registro de 26 nov. 1806.

representante daqueles “homens que de instinto temião as revoluções, e desejando repelir os seus germens” procurou “desenvolver o principio da autoridade” (ROCHA, 1855, p. 9), estabelecendo uma oficina tipográfica.

A Typographia de Cortes e Comp.

O estabelecimento tipográfico de Cortes foi adquirido da Junta da Real Fazenda da Província de Minas Gerais, em um polêmico processo de arrematação (VERONA, 2020). Conforme representação do Conselho Geral da Província de Minas Gerais à Presidência da Província acerca da receita e despesa da Junta da Real Fazenda referente ao ano de 1830, datada de 12 de fevereiro de 1831, José Gonçalves Cortes teria arrematado “uma Typografia da Fazenda Publica existente nos Armazens” pela quantia de 80\$640rs. O valor teria sido bem abaixo do que foi gasto pela Fazenda Pública, de 317\$520rs, referente ao “seu custo, direito e carretos” (APM-CGP 3/1, Caixa 3, Doc. 19, 12 FEV. 1831).

Interessante notar que, no periódico liberal-moderado *O Universal* de 16 de fevereiro, um correspondente que assinava “Um Ourives Liberal” comentou, de maneira provocativa, que “quem tinha amigo, tinha tudo; pois o Cortes não comprou por não sei quanto a Tipografia, que tinha custado quatro ou cinco vezes mais?” (*Universal (O)*, 16/02/1831). Uma nota de rodapé alocada nesse trecho específico ainda informava os valores da transação, que coincidiam plenamente com os informados pelo Conselho. Detalhe importante é que a representação foi aprovada pelo Conselho no dia 14, em sessão pública, e, posteriormente, enviada para a Presidência da Província. A coincidência entre a representação do Conselho Geral da Província, redigida inicialmente no dia 12, e a correspondência do “Ourives Liberal”, publicada em 16 de fevereiro,

informando os mesmos valores de uma arrematação que aconteceu em 1828, nos faz supor que o tal “Ourives” pode ter relações próximas com membros do próprio Conselho. Significativamente, dentre os signatários⁷ da representação estava José Pedro de Carvalho, então redator do *Universal*.

Debaixo do pseudônimo “Um Ourives Liberal”, o autor da correspondência poderia alimentar a polêmica com José Gonçalves Cortes, fomentando a produção de outros impressos em um debate textual constante. Ademais, havia um “pseudo-anonimato” nos jornais do período, que conferia certa liberdade de fala, mas que não impedia o reconhecimento dos supostos autores pela comunidade de discurso de que faziam parte. Uma informação adicional na nota de rodapé afirma que “havião requerimentos do Cap. Manoel José Barboza, e até com lanço de 400rs. em libra de typo”, mas a “Soberana Junta (...) despresou essa offerta” (*Universal (O)*, 16/02/1831). Barbosa era um dos impressores pioneiros da Província de Minas, reconhecido por sua engenhosidade como artífice. Como concorrente de Cortes no processo de arrematação da tipografia, desde 1829, Manoel José Barbosa manifestava indignação com o favorecimento da “Soberana Junta”:

“no fim da campanha vende-se aqui pela quarta parte do seu valor, e nunca mais se indemnizará a Fazenda Publica. Tão feliz não foi o Redactor do Universal; se quiz uma imprensa para o seu Periodico, comprou, e pagou-a” (*Universal (O)*, 22/04/1829).

O pseudônimo “Um Ourives Liberal” aparenta caber no perfil de Manoel José Barbosa: artífice e impressor do *Universal*. O designer de tipos Emerson Nunes Eller, em sua tese de doutoramento, afirma que “as ferramentas utilizadas para cortar o desenho de letra nas punções eram, essencialmente, as

⁷ Os demais signatários da representação eram Manoel Ignacio de Mello e Souza, Manoel José Monteiro de Barros, Manoel Rodrigues Jardim e Bernardo Pereira de Vasconcelos.

mesmas utilizadas pelos ourives, por isso, esses artesãos estão associados ao desenvolvimento da impressão tipográfica” (ELLER, 2020, p. 52).

Contudo, não se trata de nomear possíveis autores dos textos, mas de demarcar uma “comunidade de discurso”. Assim, a notícia da origem supostamente escusa da Typographia de Cortes é um exemplo da construção discursiva em que autores, editores e leitores se constituem como “grupo em combate”, cujo objetivo era atacar José Gonçalves Cortes. Levantamos, então, a possibilidade de que a carta do “Ourives Liberal” pudesse ter sido escrita (e editada) por Barbosa a partir de informações privilegiadas trazidas por Carvalho, que foram adicionadas como nota de rodapé. Podemos considerar, com base nos apontamentos de Elizabeth Seabra, a hipótese de que “os processos de produção dos discursos políticos são coletivos e não há uma separação entre as atividades profissionais do produtor e do consumidor dos discursos” (SEABRA, 1999: 57).

A representação do Conselho Geral ajuda a esclarecer a proveniência da Typographia de Cortes e Companhia, cujo material compunha o acervo da Tipografia Nacional da Província de Minas Gerais. Com isso, podemos inferir que essa oficina tipográfica estava nos Armazéns Nacionais, em Ouro Preto, quando foi arrematada por Cortes. O Almojarife dos Armazéns, Joaquim José Theodoro, declarou que recebeu de Luís Maria da Silva Pinto (ex-inspetor do estabelecimento tipográfico provincial) os itens que pertenciam à antiga Tipografia Nacional da Província de Minas Gerais no dia 20 de dezembro de 1828. Conforme o recibo assinado por Theodoro, os objetos foram encaminhados por ordem da Junta da Fazenda, a mesma que teria favorecido José Gonçalves Cortes. Pela relação de materiais elencada no recibo, podemos ter uma “visão” superficial do interior do estabelecimento de José Gonçalves Cortes. Segundo a listagem, o estabelecimento possuía:

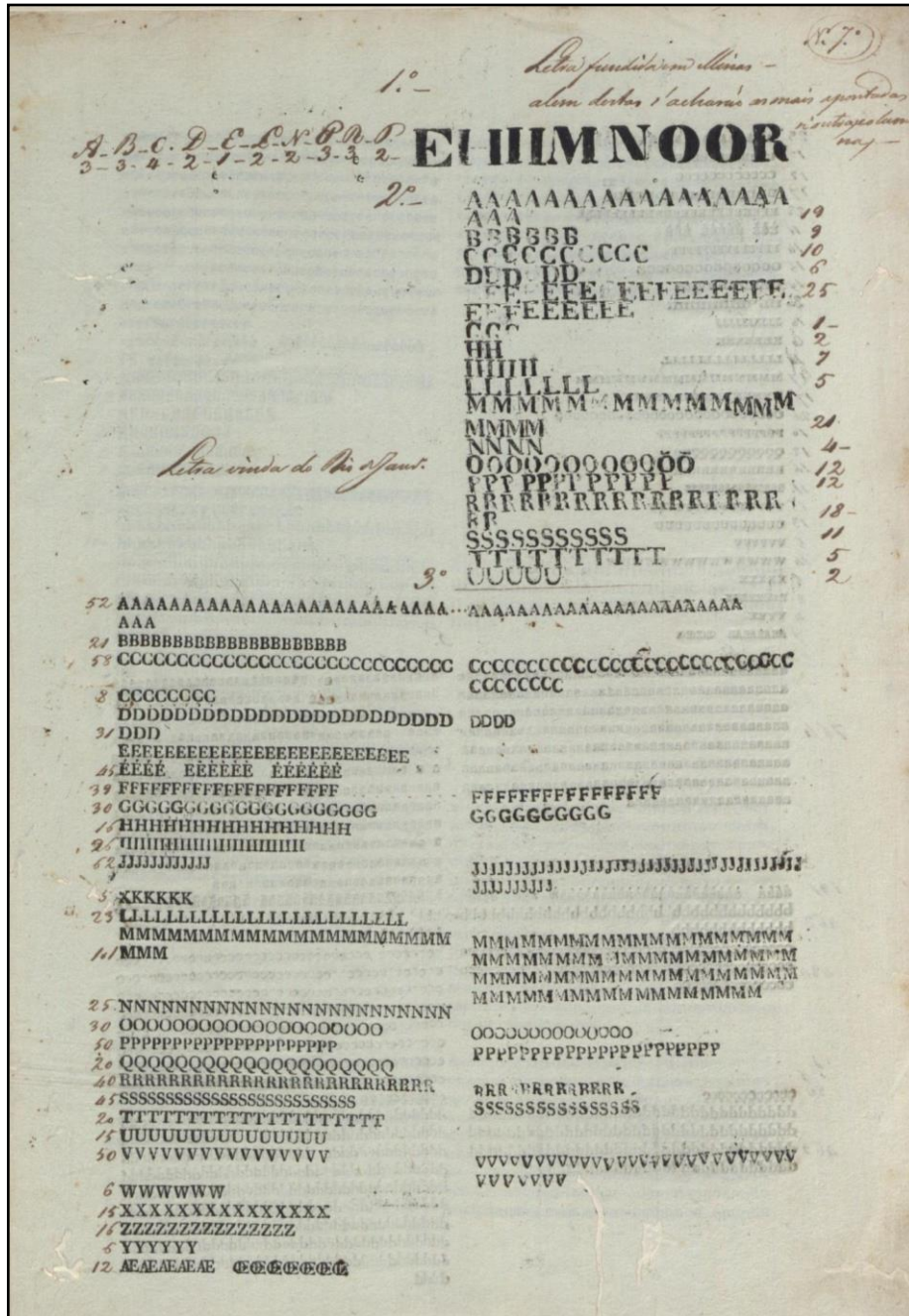
“Duas arrobas, vinte duas libras de chumbo em letra, ornados,
etc. ~
Hua maquina de madeira para imprimir ~
Duas caixar subdivididas em caixotins pa. typos ~
Huma dita pequena, que trouxe a letra do Rio de Janeiro ~
Algumas tiras de cobre, e lata pa. espaços ~
Algumas peças de madeira pa o mesmo fim n’hum sacco ~
Hum tinteiro com almofada de couro para a tinta ~
Duas balas pa empregar a tinta ~
Duas galés forradas de lata pr. 2 paginas de meio folio ~
Tres ditas pa. huma pagina de meio folio ~
Tres ditas - idem com subdivisão ~
Huma dita - pa. quarto de pagina ~
Huma de duas latas que trouxerão tinta do Rio, com resto da
mesma ~
Outo resmas de papel contendo varios impressos, ou 3:352
folhas.”
(APM/PP 1/54, Caixa 03, doc 01, 19/12/1828).

Ao observarmos o interior de uma oficina tipográfica, como a que teria pertencido a José Gonçalves Cortes, estamos retomando o fato de “que não existe nenhum texto fora do suporte que o da a ler, que não há compreensão de um escrito, qualquer que ele seja, que não dependa das formas através das quais ele chega ao seu leitor” (CHARTIER, 2002, p. 127). Portanto, para além de mera curiosidade, a relação de itens da Typographia de Cortes e Companhia nos permite identificar parte dos caminhos de produção, difusão e apropriação das ideias políticas na sociedade imperial (MOREIRA, 2008).

Como anexo ao recibo assinado por Joaquim José Theodoro, encontra-se uma amostra dos caracteres impressos na Tipografia Nacional (**Figura 1**). A amostra está dividida em duas colunas, correspondentes à origem dos tipos móveis. Na coluna à direita, encontram-se exemplos de “letra fundida em Minas”; enquanto à esquerda vê-se amostra da “letra vinda do Rio de Janeiro”. Os tipos originários da Corte, provavelmente, eram importados da Inglaterra, os quais, em seguida, foram encaminhados à província pela Tipografia Nacional. Embora tenhamos conhecimento da existência de uma fundição de

tipos nos primórdios da Imprensa Régia, essa oficina tinha deixado de funcionar antes de 1820, o que levou a administração pública a importar os recursos tipográficos (CASTRO, 1869, p. 71).

Figura 1: Amostra de letras inclusa na lista dos objetos pertencentes à Tipografia Nacional da



Província de Minas Gerais.

Fonte: Arquivo Público Mineiro – Fundo PP 1/54, cx. 03, doc. 06, Ouro Preto, 20 DEZ. 1828.

No entanto, ao que parece, era necessário a aquisição de mais tipos, seja para complementar algum caractere insuficiente ou para repor peças desgastadas, levando à fundição de letras em Minas Gerais. De acordo com documento citado por José Pedro Xavier da Veiga, ainda em 1822, a “typographia mandada vir do Rio de Janeiro”, além dos objetos originários da Corte, era servida de “lettra fundida pelo habil José Vicente Ferreira” (VEIGA, 1898, p. 23). Fundir tipos era uma necessidade para os mineiros que intentavam montar uma tipografia, como atesta o exemplo do mencionado Manoel José Barbosa, que fundiu tipos para sua Officina Patrícia, em meados de 1821 (ELLER, 2020).

Podemos seguir as pistas apresentadas por Emerson Eller que, ao buscar analisar os elementos relacionados ao design de tipos e à técnica da impressão, nos chama a atenção para as peculiaridades técnicas do processo de emergência da arte tipográfica no Brasil. A análise das formas das letras utilizadas nos periódicos podem nos auxiliar a “estabelecer relações que nos dê indícios identitários”, permitindo traçar uma genealogia dos caracteres de forma. Ao observarmos mais atentamente a amostra de tipos, podemos corroborar as conclusões de Eller de que a “questionável clareza e as irregularidades apresentadas nos impressos sugerem a carência de excelência na execução dos tipos” (ELLER, 2020, p. 231). Nesse sentido, as tipografias ainda eram improvisadas, resultado do calor do momento, sem uma função que não o debate político. Ademais, os periódicos do Primeiro Reinado e das Regências inserem-se naqueles tipos de impressos “com o melhor preço para vender o mais barato possível”. Daí a utilização de caracteres gastos e, por vezes, tinta pouco legível, o que acarretava em negligências e gralhas (CHARTIER, 1996, p. 97).

Assim como outros estabelecimentos, a Tipographia de Cortes está inserida na cultura da impressão de seu tempo, não apenas no tocante ao tipo

de impresso que publicava e seu conteúdo escrito, mas também com relação à “forma do que foi publicado” (FARIAS, 2016: 63). Por isso, devemos observar as condições técnicas de produção do objeto impresso, que auxiliaram no processo de difusão e apropriação dos conteúdos escritos. Mesmo que ideias e conceitos tenham sido redigidos por José Gonçalves Cortes e seus colaboradores, não foram eles que materializaram essas representações no papel em caracteres de forma. Foram os compositores e impressores que corporificaram a “pesada e temível materialidade” (FOUCAULT, 2008, p. 9) sem a qual suas ideias não chegariam a lugares diversos do Império do Brasil.

Sabe-se que José Gonçalves Cortes chegou a Ouro Preto, com parte do material de uma imprensa, no dia 19 de abril de 1829, acompanhado do “compositor com sua mulher” (*Universal (O)*, 22/04/1829). Em doze dias, a oficina foi montada de modo a viabilizar a publicação do primeiro número do *Telegrapho*, que veio a lume no dia 2 de maio daquele ano. Com o passar do tempo, outros trabalhadores ingressaram no estabelecimento tipográfico. No dia 5 de agosto de 1830, em sessão do júri para julgamento da denúncia de injúria movida por Luiz Ventura Fortuna, Cortes afirmou “que a sua Tipografia era util porque acomodava a 5 operarios, que vivião daquelle trabalho”. No mesmo depoimento, Cortes queixava-se de que alguns operários tinham deixado sua oficina para ingressar na tipografia oponente. Sobre essa queixa, o redator do *Universal* informava que

“da Tipografia do Telegrapho sahirão o Compositor, e Impressor que tinhão acompanhado da Corte ao sr. Cortes; o 2º retirou-se para o Rio; e o 1º ficou empregado na nossa Officina, vencendo menor sallario, do que o ajustado com o sr. Cortes, o que prova não ter sido por nós sedusido.” (*Universal (O)*, 09/08/1830).

Com apenas “hua maquina de madeira para imprimir”, pode-se supor que o estabelecimento não tinha condições de produzir obras mais complexas,

como livros e opúsculos. Sobre outros tipos de impressos, temos conhecimento de que saíram alguns folhetos da Typographia de Cortes. Em consulta à Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, encontramos apenas mais dois impressos: um exemplar do *Elogio composto pelo P. M. J. em Philosophia... para ser recitado no Baile, que a Corporação Militar de 1ª e 2ª Linha da Imperial Cidade de Ouro Preto, dá em applauso dos annos de Sua Magestade o Imperador no dia 12 de Outubro de 1830*, de Manuel Joaquim Ribeiro; e o *Manifesto aos mineiros*, de D. Pedro I, publicado por ocasião da visita do monarca a Ouro Preto, em 1831. Porém, o principal produto do prelo da oficina de Cortes não eram as proclamações e folhetos.

O Telegrapho e a rede áulica

O mais importante impresso da Typographia de Cortes foi *O Telegrapho*, periódico publicado entre os anos de 1829 e 1831. A folha redigida por José Gonçalves Cortes vinha a lume às terças-feiras e sábados, podendo ser assinada em Ouro Preto, na própria oficina tipográfica, e em São João del Rei, na casa de José Maximiano Baptista, ao custo de 2.000rs. por trimestre. Em determinado momento, possivelmente entre maio de 1829 e novembro de 1830, *O Telegrapho* ainda podia ser subscrito “em Pouso Alegre em casa do Coronel Ignacio Gonçalves Lopes”. Sabemos deste terceiro local de subscrição por meio de correspondência publicada no *Pregoeiro Constitucional*, datada de 16 de dezembro de 1830, em que o Coronel Lopes afirmou que tinha sido “instado por uma carta que me foi dirigida d’Ouro Preto, por pessoa da minha amizade, para me incumbir de procurar assignantes para o referido Periodico”, sendo sua casa anunciada no prospecto do *Telegrapho* (*Pregoeiro Constitucional*, 18/12/1830).

Acerca da subscrição de periódicos, um discurso do então deputado Bernardo Pereira de Vasconcelos, na sessão de 1º de junho de 1830 da Câmara

dos Deputados, lança luz sobre uma questão pouco abordada nos estudos sobre a imprensa oitocentista:

“Na Provincia de Minas Geraes disse-me hum Magistrado, que fôra forçado a assignar o Telegrafo, porque o primeiro mandão delle lhe assegurára, que eram remetidos para o Ministerio o nome dos Subscriptores para serem conhecidos os seus Amigos” (*Diário da Câmara*, 1830, n. 29, p. 23).

Embora não possamos confirmar a denúncia de Vasconcelos, a possibilidade de ação governamental coagindo servidores públicos a assinar uma folha “ministerial” é plausível, indicando articulação do grupo *áulico* de forma incisiva nos “bastidores do funcionalismo imperial” (MARQUES JÚNIOR, 2015, p. 25). No mesmo discurso, o líder liberal mineiro ainda questionava: “A imprensa periodica foi huma das Armas, com que se propoz esse Ministerio infame subverter, demolir o Edificio Constitucional; quantos periodicos, e de que natureza não nascerão durante essa odiada administração?” (*Diário da Câmara*, 1830, n. 29, p. 23). A suspeita de Vasconcelos em torno da atuação do governo na imprensa periódica é corroborada por algumas “coincidências”.

O primeiro número do *Telegrapho* foi publicado no dia 2 de maio de 1829, tendo sido anunciado em suplemento especial de seu adversário, *O Universal*, marcando a contenda que travariam entre si no decorrer dos anos seguintes (*Universal(O)*, 04/05/1829). Importante assinalar que *O Telegrapho* apareceu seis dias antes do *Amigo da Verdade*, folha de mesma tendência política publicada em São João del Rei, na Typographia de J. Maximiano Baptista, o mesmo que facultava a assinatura do periódico ouropretano. Ademais, quase ao mesmo tempo (4 de maio de 1829), outra folha governista vinha a lume na distante Província de Pernambuco: *O Cruzeiro*. A proximidade temporal em que essas folhas foram inauguradas nos leva a supor que houve uma ação ampla e

coordenada dos *áulicos* no Império, que visavam entrar solidamente na arena impressa, agitando as disputas tipográficas do período. Dessa articulação teria participado o próprio imperador, “subvencionando jornais para responder a ataques feitos por outros ao governo, escrevendo ele mesmo artigos de polemista agressivo”, como sugere Octávio Tarquínio de Souza (SOUZA, 2015, p. 609).

Assim como outros jornais de seu tempo, *O Telegrapho* fazia parte de uma rede de comunicação que interligava leitores, redatores e editores, ampliando o poder do escrito ao se referenciar mutuamente em editoriais, artigos e correspondências. Além dos locais de subscrição – Ouro Preto, São João del Rei e Pouso Alegre – encontramos menções ao periódico ouropretano em folhas de outras províncias. *O Analysta*, um dos mais conhecidos jornais pedristas do Rio de Janeiro, copiou diversos textos do *Telegrapho*. Exemplo são as missivas comprometedoras atribuídas a Bernardo Pereira de Vasconcelos, publicadas originalmente no número extraordinário do *Telegrapho* de 1º de junho de 1829, e republicadas “instantemente” pelo *O Analista*: “Na primeira o Sr. Varconcellos se define, e pinta tão escarrado, que não pode haver retrato mais fiel; na segunda manifesta a sua constitucionalidade, pedindo a hum Juiz Sesmeiro medições illegaes, citações falsas &c” (*Analista(O)*, 12/06/1829).

Essas supostas cartas também foram republicadas pelo *Amigo da Verdade*, de São João del Rei (*Amigo da Verdade*, 12/06/1829), e pelo pernambucano *O Cruzeiro*, indicando um circuito impresso que conectava Ouro Preto, São João del Rei, Rio de Janeiro e Recife. Entretanto, a folha de Pernambuco referenciava que extraiu o texto “*Do Analista*”, omitindo sua verdadeira origem (*Cruzeiro(O)*, 17/08/1829). De qualquer modo, o polêmico texto percorria o Império por meio de uma rede de comunicação, que envolvia a prática da recopilação contínua de artigos em periódicos correligionários, alcançando leitores em lugares distantes. Nesse ensejo, é necessário lembrar que os caminhos pelos quais o objeto

impresso chega aos leitores também contribuem para a construção de seu sentido.

O *Analysta* publicou uma correspondência anônima que reforça a noção de uma rede de comunicações. Segundo o suposto correspondente,

“Chegarão-nos periodicos de Minas, e de Pernambuco, todos mui interessantes pelo seu conteudo. Lê-se no *Telegrafo* N.o 26, que no dia 3 de Agosto se havia reunir o Jury para julgar o artigo communicado do *Universal* N.o 226, que principia: *Desmoralisar o Povo para lançar nos seos pulsos grossas algemas: eis o norte que desgraçadamente tem seguido o nosso Governo*” (*Analysta(O)*, 14/08/1829. Itálicos no original).

Além de indicar a leitura do número 26 do *Telegrapho*, que tratava do julgamento em que estava envolvido o redator do *Universal* referente a um artigo publicado em dezembro de 1828, o missivista oculto ainda informava a leitura de periódicos como *O Amigo da Verdade*, *O Amigo do Povo* e o *Diário de Pernambuco*. Assim, ao noticiar a chegada de folhas de outras províncias, bem como apresentar quais eram os periódicos “mui interessantes”, os escritores áulicos procuravam fortalecer o engajamento do público em torno do projeto político que juraram defender, sugerindo aos leitores que havia uma força ampla e coesa em todo o território imperial. Esse caráter coeso era evidente para homens como o deputado Antônio Paulino Limpo de Abreu, que afirmava na sessão de 13 de maio de 1830 da Câmara dos Deputados, no contexto das denúncias contra o ministro José Clemente Pereira, acusado de ter protegido grupos que trabalhavam pelo retorno do absolutismo: “Eis aqui provada esta existência do Partido Absolutista; (...) Vemos que há ainda o Cruzeiro, e outros Periodicos Absolutistas nas Províncias do Norte; e também nas Províncias do Sul hum *Telegrapho*” (*Diário da Câmara*, 1830, n. 17, p. 2).

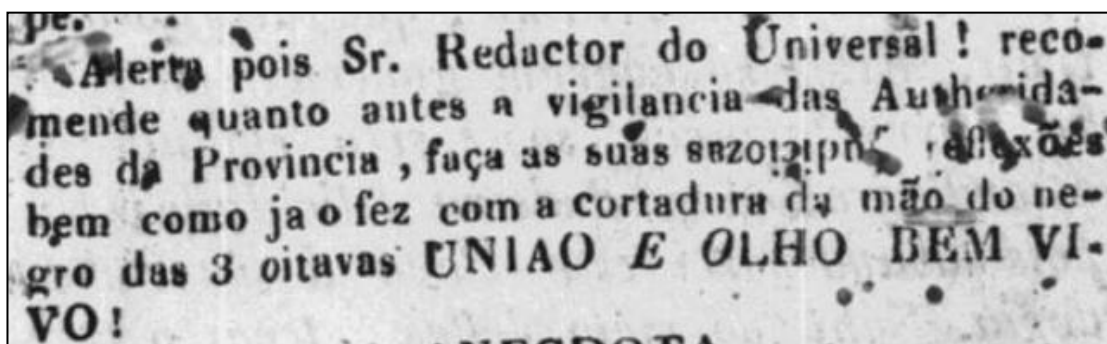
Os correspondentes, em sua maioria anônimos, participavam dos esforços em busca da adesão do público ao referenciar a leitura de outros

periódicos de mesma tendência política. Tal como outras folhas de seu tempo, a leitura de números do *Telegrapho* era ocasionalmente mencionada. Um correspondente do *Analysta*, que assinava por “O que deseja se digão as cousas como são”, citou um “artigo em segredo que intitula *O funeral do Universal*”, extraído do número 4 do *Telegrapho (Analista(O))*, 05/06/1829, Itálicos no original). No mesmo sentido, um leitor do sanjoanense *O Amigo da Verdade*, que assinava por “Hum dos desenganados”, afirmava ter lido a edição extraordinária número 1 do jornal ouropretano, mantendo ativa a polêmica em torno das supostas cartas incriminadoras de Bernardo Pereira de Vasconcelos (*Amigo da Verdade*, 23/06/1829).

Após percorrer essa rede de comunicações, os leitores do *Telegrapho* tinham em mãos um material **graficamente** concebido como as demais folhas de seu tempo. O texto era impresso em folhas no formato *in-quarto* (11,5 x 9 in.), com quatro páginas preenchidas por uma mancha gráfica afastada cerca de dois centímetros e meio da borda do papel, deixando-se um considerável espaço “vazio”. A paginação era sequencial, com a numeração continuando a cada nova edição. Artigos também poderiam ser fragmentados e “continuados” em números posteriores, incentivando os possíveis leitores a adquirir as edições seguintes. Assim, o jornal apresentava um projeto editorial simultaneamente **fragmentário** e **contínuo**, cujos exemplares poderiam ser apensados em forma de fascículos, o que denota um caráter perene àquelas folhas.

Mesmo com o *layout* sóbrio e limpo, *O Telegrapho* ainda operava uma relação entre o olhar e a leitura de maneira sutil, como quando as palavras eram invertidas e impressas de ponta-cabeça, indicando uma ironia por parte do redator ou do tipógrafo. A fim de ironizar *O Universal*, *O Telegrapho* inverteu graficamente o adjetivo “judiciozas” (**Figura 2**), referindo-se às “reflexões” do periódico liberal sobre as autoridades da província (*Telegrapho(O)*, 28/12/1830).

Figura 2: Excerto do *Telegrapho* com a palavra “judiciozas” invertida.



Fonte: *Telegrapho (O)*, 28/12/1830.

O *Telegrapho* mostra-nos um exemplo de composição tipográfica que poderia exercer uma função similar ao caligrama, ou seja, “compensar o alfabeto; repetir sem o recurso da retórica; prender as coisas na armadilha de uma dupla grafia” (FOUCAULT, 1989, p. 23). Esses caligramas arcaicos direcionavam a interpretação do impresso, tornando explícito o caráter irônico da publicação. Neste sentido, o conteúdo sarcástico, presente no termo “judiciozas”, expressava-se não apenas na leitura da frase, mas também no olhar de quem observava o jornal, afinal, “a palavra escrita nunca está descolada de sua imagem” (MARTINS, 2005, p. 42). Curiosamente, encontramos o mesmo recurso sendo empregado pelo editor do *Universal*, que ironizava o redator do *Telegrapho*, invertendo o termo “recta razão” (*Universal(O)*, 10/05/1830). Não sabemos quem iniciou a prática, mas podemos considerar que os editores/redatores utilizavam as mesmas estratégias gráficas naquele combate tipográfico, uma vez que partilhavam o mesmo conjunto de práticas e representações daquela “cultura da impressão” das décadas de 1820 e 1830.

Como parte dessa cultura ainda havia a exibição de **epígrafes** nos frontispícios dos periódicos, cujos significados simbólicos eram reconhecidos pelos membros daquela comunidade de discurso, figurando como “uma imagem, uma insígnia ou uma decoração ostensiva no peito do autor” (COMPAGNON, 1996, p. 120-121). O *Telegrapho* ostentava um trecho da *Conjuração de Catilina*, de Salústio (86 a.C. - 34 a.C.) como epígrafe: “*Neque quisquam hominum libidin [sic] simul, et usui paruit*” [ninguém pode servir ao mesmo tempo às paixões e ao seu dever]⁸.

O excerto é parte do discurso de Júlio César, reconstruído pelo escritor romano Caio *Salústio* Crispo, sobre o modo de punir os conspiradores envolvidos na conjuração liderada por Lúcio Sérgio Catilina, que ocorreu em torno de 63 a.C., no contexto da queda da República de Roma (século I a.C.). A passagem integra a argumentação de César acerca da autoridade das leis e dos “costumes dos ancestrais” (*mos maiorum*), que estão acima das paixões. Para aqueles indivíduos versados na cultura clássica, a epígrafe do *Telegrapho* evocava diretamente a dicotomia entre o **dever** e a **paixão**. Além disso, José Gonçalves Cortes selecionou o trecho de uma obra que apresentava o momento em que Roma estava cindida em facções: os *popularis*, liderados por César; e a facção conservadora, representada por Catão (ARAÚJO, 2005: 269).

Assim como em Roma Antiga, Cortes alegava que o Império do Brasil também estaria dividido em dois grupos antagônicos. Sabemos disso pelo seu rival, o padre Antônio José Ribeiro Bhering, redator do *Novo Argos*, ao lançar um “Golpe de vista sobre o Telegrafo”, comentando justamente sobre a referida epígrafe. Conforme Bhering, O *Telegrapho* teria afirmado que havia dois partidos dominantes, os quais seriam: 1º os “liberaes”, classificados por Cortes como federalistas e republicanos; 2º os “Constitucionaes amantes da ordem”,

⁸ A citação completa é “*Haud facile animus verum providet, ubi illa obsiciunt; neque quisquam omnium libidini simul et usui paruit.*” SALÚSTIO. *Belli Catilinari et Jugurthini historiae*. Pensilvânia: Typis T. et J. Swords, 1808, p. 50.

referindo-se aos apoiadores de D. Pedro I (*Novo Argos*, 11/02/1830). Dizer isso nas palavras de um autor latino era usar a autoridade de Roma contra aqueles que se colocavam na oposição ao primeiro Imperador do Brasil, mas que também eram herdeiros de uma tradição clássica, como Bernardo Pereira de Vasconcelos, a quem Cortes atribuiu, em outro momento, a alcunha de “Catilina” (*Grito do Povo*, 30/03/1833).

O padre Bhering, assim como outras pessoas de seu tempo, reconheceu a origem do trecho escolhido por Cortes: “Prometteo o Redactor deste Periodico seguir em tudo a recta rasão, e por esta cauza tomou por epigrafe a passagem de Sallustio, quando falla de César na conjuração de Catilina” (*Novo Argos*, 11/02/1830). O comentário também nos mostra que as epígrafes não eram recursos gratuitos ou meros “adornos” nos frontispícios dos periódicos. Ao contrário, constituíam-se em verdadeiras “cartas de intenções” aos leitores, representando o projeto político de redatores e demais colaboradores. No limite, a simples presença da epígrafe produzia um efeito que chamava a atenção do leitor, que seria atraído por aquilo que interpretou dela como “texto” e “imagem”. Por isso, a escolha de determinada citação deveria ser meticulosa, uma vez que seu efeito era significativo e duradouro.

Outra marca do *Telegrapho* foi o seu prospecto. Cabe ressaltar que o prospecto era um texto inaugural publicado no primeiro número do periódico, geralmente na página de rosto, que funcionava como uma “profissão de fé” dos redatores. Por meio dele eram expostos a missão, as intenções e os valores que norteavam a folha periódica, podendo conter orientações aos leitores por meio de determinados protocolos de leitura. No caso do prospecto do *Telegrapho*, temos conhecimento dele, exclusivamente, pelas anotações de seus rivais (*Novo Argos* e *Universal*), que teceram comentários críticos em artigos e correspondências. Como prática amplamente adotada pelos redatores do

Primeiro Reinado, a publicação de prospectos seguia alguns pressupostos básicos. Nesse sentido, o mesmo corresponsente do *Universal* afirma que:

“Todo aquelle, que se determina redigir um Periodico, tem, e deve ter por timbre apresentar ao Publico em o Prospecto ao menos uma pequena peça de literatura filha da applicação e do trabalho proprio; mas vm. teve a coragem de nos metter à cara as linhas do Genuense, e a página do Analista!” (*Universal(O)*, 18/05/1829)

Do comentário, podemos identificar a relação com uma folha de mesma tendência política, o *Analista*, e a influência de Antonio Genovesi. Possivelmente educado nos moldes da peculiar Ilustração portuguesa, Cortes aproximava-se das interpretações regalistas do reformismo pombalino em torno de autores como Luis Antonio Verney e Antonio Genovesi. Este exerceu influência duradoura, sendo suas *Instituições da Lógica* obra didática de referência no ensino luso-brasileiro da época.

Os excertos do *Telegrapho* mostram-nos um periódico radicalmente conservador, que defendia o monarca a todo custo, utilizando uma retórica contrarrevolucionária. Afirmava “que existe no Brasil a seita do Illuminismo”, a qual, sob a influência de “energúmenos franceses”, divulgava “fantasmas políticos, a quem denominão liberdade, e igualdade, onde dizem elles consistir a felicidade do Gênero humano”. Por isso, da ampliação da discussão política para um domínio “público”, compreendida nos termos de uma liberação da fala, “só havia a esperar-se em resultado a terrível anarchia; isto he a destruição da ordem social e da mesma sociedade” (*Telegrapho(O)*, 01/03/1831). Importante enfatizar que os mesmos escritores que minimizavam a liberdade, como Cortes, valeram-se justamente do espaço público mediatizado, garantido pelo direito à liberdade de expressão escrita na Constituição, para fazer frente aos avanços liberais.

Além da impressão do bissemanário *O Telegrapho*, a Typographia de Cortes se ocupava da impressão do *Semanário Mercantil ou Miscelânea de Preços Correntes*, cuja redação pode ser atribuída a Francisco de Mello Franco (*Republico(O)*, 23/02/1831). Entre março e abril de 1831, a oficina também passou a publicar *O Soldado* (AMARAL, 2019: 50-51). Ao publicar mais um periódico, desta vez redigido pelo “sr. Francisco de Assis Lorena, muito activo collaborador do Telegrafo” (*Universal(O)*, 04/03/1831), o estabelecimento de Cortes sinaliza para um esforço *áulico* no contexto da crise política dos anos finais do Primeiro Reinado, consumando a onda política iniciada em 1826 (RIBEIRO; PEREIRA, 2009: 143). Crise esta que se encaminhou para uma resolução indesejada por José Gonçalves Cortes.

“A resignação inaudita dos sacrificados”

Com a Abdicação de D. Pedro I, encerrava-se o motivo da existência da Typographia de Cortes. No prospecto do *Grito do Povo*, periódico conservador publicado no contexto da Sedição de 1833, José Gonçalves Cortes justificava que após o

“sempre memoravel 7 de Abril... A parte sensata dos Brasileiros deligenciou acomodar-se com as circunstancias do tempo pelo bem ser da Patria; os seus escriptores publicos emmudecerão, a fim de não se-verem obrigados a fallar segundo os tempos, e não a consciência; também para não serem marcados pelos corifêos da propaganda, como estorvadores do desenvolvimento da felicidade geral promettida” (*Grito do Povo*, 01/03/1833).

Ao comentar a saída “emudecida” da folha conservadora da arena política, José Alcibíades Carneiro, redator do *Mentor das Brasileiras*, indagava:

“Que fim levariam os *honrados typos* do defunto *Telegrapho*?” (*Mentor das Brasileiras*, 10/06/1831, itálico no original). Em 1836, o *Astro de Minas*, então sob a redação do padre José Antônio Marinho, no meio de uma polêmica com outro periódico conservador, *O Parahybuna*, fazia menção aos “*typos do defunto Telegrapho* moradores hoje na Villa de Barbacena” (*Astro de Minas*, 05/07/1836). Contudo, o material da Typographia de Cortes não parou nas mãos de editores partidários do Regresso Conservador, como se poderia deduzir. Em resposta ao *Mentor*, podemos afirmar que os “*honrados typos*” foram apropriados pelos rivais de José Gonçalves Cortes, que lhes impuseram outra razão de existir, assinalando o emergir de uma força política sobre outra.

Entre maio de 1831 e fevereiro de 1832, não temos informações sobre publicações provenientes da Typographia de Cortes. Sabe-se, por notícia do *Astro de Minas* de 13 de março de 1832, que José Gonçalves Cortes e seu sócio, João José Lopes, negociaram a oficina tipográfica com Honório José Ferreira Armonde (VERONA, 2020, p. 51). Possivelmente, Armonde atuou como mediador na aquisição da tipografia em nome da Sociedade Patriótica Marianense, da qual era membro. Desde 1830, havia manifestações sobre a necessidade de uma tipografia na sede do bispado (*Estrella Mariannense*, 26/06/1830). Contudo, somente com a instalação da Sociedade Patriótica, em agosto de 1831, que houve articulação para aquisição de uma oficina tipográfica, com a formação de um comitê específico para este fim (*Estrella Mariannense*, 02/06/1832).

Com a chegada das peças da tipografia, vinha à luz, no dia 7 de abril de 1832, o primeiro periódico impresso na cidade de Mariana, *O Homem Social*, redigido por um dos principais inimigos de Cortes, o reverendo Antônio José Ribeiro Bhering. Um dos mais ativos atores políticos mineiros entre 1829 e 1850, Bhering era redator do *Novo Argos*, periódico impresso na Typografia do

Universal. Residente em Mariana⁹ e talvez motivado pela nova tipografia local, Bhering iniciou outra empreitada jornalística, apropriando-se dos tipos de seu antigo oponente. Cabe ressaltar que a trajetória do reverendo foi extensamente analisada por Estêvão de Melo Marcondes Luz, que estabeleceu uma visão panorâmica do complexo processo de construção do Estado Imperial brasileiro a partir das articulações de Bhering. Luz, em sua tese, mostra-nos que todas as ações de Bhering em torno da publicação de seus escritos era meticulosa e cercada de cuidados (LUZ, 2016), o que nos leva a concluir que a publicação de um novo periódico, naquelas circunstâncias, não era desprovida de sentido.

Na semana seguinte à estreia da folha redigida por Bhering, a *Estrella Mariannense*, periódico que era publicado na Typografia Patrícia do Universal desde 1830, passou a ser impressa na cidade a que era dedicada. Com as publicações do *Homem Social* e da renovada *Estrella Mariannense*, tratava-se de dar uma fisionomia à data, o 7 de Abril, assinalando a singularidade do acontecimento do ano anterior. Como uma alegoria da vitória nos *combates tipográficos* (MOREIRA, 2008), usar a mesma prensa que publicou *O Telegrapho*, imprimindo folhas liberal-moderadas, retomava a simbologia do Troféu – *Tropæum* – concebido com as armas “e outros despojos dos inimigos vencidos”. Mas não se tratava apenas de “celebrar a glória e honrar a memória” dos vencedores (BLUTEAU, 1721, p. 304). Servir-se dos tipos e do prelo da antiga Typographia de Cortes era ato emblemático da inversão de uma relação de forças, isto é, a apropriação das armas que seriam, em seguida, voltadas contra seu antigo possuidor e tudo o que ele representava (FOUCAULT, 2001, p. 28).

O frontispício da *Estrella Marianense* apresenta *sinais* dessa inversão de forças que se processou no início das Regências. Seguindo a trilha delineada por Emerson Eller, podemos notar a proveniência dos tipos usados no título da *Estrella* por meio de suas próprias características gráficas. Contudo, não se trata

⁹ Acervo Arquivo Público Mineiro, Fundo MP - Caixa 02, doc. 17, fl. 25v., 01/12/1831.

de reiterar a origem daqueles tipos, mas de identificar os procedimentos que pretendiam submeter discursos, calar vozes e extinguir concorrentes na luta política. Nessa perspectiva, a utilização dos mesmos tipos usados no frontispício do *Telegrapho* para a composição do título da renovada *Estrella Marianense*, dos quais destacamos para os caracteres “E” e “R” (Figura 3), é bastante sugestivo não apenas do aproveitamento do material tipográfico, mas como *marca* de que os antigos adversários políticos dos liberais-moderados foram sobrepujados, indicando como aqueles “escriptores publicos emmudecerão”.

Figura 3: Frontispícios do *Telegrapho* (28 de dezembro de 1830) e da *Estrella Mariannense* publicada em Mariana (27 de maio de 1832).



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em:
<https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em 26/03/2024.

Indivíduos como José Gonçalves Cortes e Manuel Berardo Accursio Nunan, redator da *Estrella Marianense*, partilhavam a mesma cultura da impressão. Assim, pode-se afirmar que eles reconheciam os detalhes tipográficos que encimavam suas folhas, bem como o que isso significava. Esse reconhecimento era partilhado por outros homens daquele tempo, também envolvidos nas lutas impressas. Justiniano da Cunha Pereira, redator do *Parahybuna*, em resposta ao *Astro de Minas*, que o censurou por supostamente “sêr escrito nos typos do defunto *Telegrapho*”, questionava: “Quem jamais se

lembrou de criticar o *Revisor*, o *Homem Social* e o *Guarda Nacional*, por sêrem escritos nos typos do *Telegrapho*?" (*Parahybuna*, retirado de: *Sete D'Abril*, 20/08/1836). Seja pela identificação visual, ou por realmente conhecer a história da negociação em torno da Typographia de Cortes, o redator de *O Parahybuna* evidencia que a trajetória do material tipográfico era simbolicamente relevante.

Considerando o que foi exposto neste artigo, podemos concluir que indivíduos como José Gonçalves Cortes desempenharam papel relevante na legitimação do governo imperial, defendendo a centralização política e a Constituição de 1824. Para tanto, constituíram uma rede de comunicação *áulica* abrangente, que envolvia vários interlocutores em lugares distantes. Além disso, para engajar outras pessoas no mesmo projeto político, homens como Cortes utilizaram as estratégias gráficas de seus contemporâneos, uma vez que partilhavam a mesma cultura da impressão. A partir dos vestígios em torno da Typographia de Cortes, identificamos alguns fragmentos dessa cultura que marcou sobremaneira a imprensa periódica no Primeiro Reinado e nas Regências.

Nesse sentido, devemos lembrar, conforme Roger Chartier, que os usos dos impressos "eram por definição coletivos e postulados de decifração em comum" (CHARTIER, 1987, p. 2). Podemos alargar essa noção para além do conteúdo escrito, tomando a *forma* da impressão como algo passível de ser decifrada. Assim, à maneira dos ritos triunfais de Roma, ao despojar o inimigo de suas armas, além de torná-lo inofensivo, Manuel Berardo Accursio Nunan investia-se do poder que aqueles caracteres ainda possuíam. Em contrapartida, a Cortes caberia a "resignação inaudita dos sacrificados", como ele mesmo se referia no *Grito do Povo*, em 1833. Embora o objetivo dos "moderados" pudesse ter sido submeter seus oponentes, temia-se, de maneira implícita, a força daquela imprensa *áulica*.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Alex Lobello. **Entre armas e impressos: A revolta de 1842 em Minas Gerais**. 2019. Tese (Doutorado em História) – UFJF, Juiz de Fora, 2019.

ARAÚJO, Sônia Regina Rebel de. **Discurso como ação política na República Romana: a propósito da conjuração de Catilina**. Phoinix (UFRJ), 2005, Rio de Janeiro, v. 11, p. 268-281.

BASILE, Marcelo. **Governo, nação e soberania no Primeiro Reinado: a imprensa áulica do Rio de Janeiro**. In: CARVALHO, José Murilo de; et. all. *Linguagens e fronteiras do poder*. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario Portuguez, e Latino**. Vol. Lisboa: Officina de Paschoal da Silva, 1721.

BOURDIEU, Pierre. **Economia das trocas linguísticas**. Trad. Sergio Miceli. São Paulo: EDUSP, 2008.

BRASIL. SOBERANOS, ETC., 1822-1831 (Pedro I). **[Manifesto aos mineiros] Mineiros. He esta a segunda vez, que tenho o prazer de me achar entre vós...** Ouro Preto: Typ. de Cortes e Comp., 1831. (Acervo Biblioteca Nacional, RJ).

CASTRO, Agostinho Victor de Borja. **Relatório do 2º grupo da 2ª Exposição Nacional de 1866**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1869.

CHARTIER, Roger. **“La culture de l’imprimé”**. In.: CHARTIER, Roger (org.). *Les usages de l’imprimé (XVe – XIXe siècle)*. Paris: Fayard, 1987.

CHARTIER, Roger. **“Do livro à leitura”**. In: CHARTIER, Roger (org.). *Práticas da Leitura*. Trad.: Cristiane Nascimento. São Paulo: Estação Liberdade, 1996, p. 77-105.

CHARTIER, Roger. **Os desafios da escrita**. Trad.: Fúlvia Moretto. São Paulo: Ed. UNESP, 2002.

COMPAGNON, Antoine. **O trabalho da citação**. Trad.: Cleonice Mourão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.

CORTES, José Gonçalves. **Plano que se oferece para construção da Estrada, que se deve formalizar desde esta Capital [Rio de Janeiro] até a Vila de Barbacena**, 13 maio 1823. Fonte: Arquivo Histórico da Câmara dos Deputados.

ELLER, Emerson Nunes. **Convergências tipográficas: uma análise crítica de impressos luso-brasileiros dos séculos XVIII e XIX como um fundamento para práticas contemporâneas em design de tipos**. 2020. Tese (Doutorado em Belas Artes) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2020.

FARIAS, Priscila Lena. **Estudos sobre tipografia: letras, memória gráfica e paisagens tipográficas**. 2016. Tese (Livre-Docência) – USP, São Paulo, 2016.

FOUCAULT, Michel. **Isto não é um cachimbo**. Trad.: Jorge Coli. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Trad.: Roberto Machado. 16 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. Trad.: Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 2008.

GENOVESI, Antonio, dito GENUENSE. **As Instituições da Lógica**. Lisboa: Typografia Lacerdina, 1806.

LUZ, Estêvão de Melo Marcondes. **Incendiárias Folhas: ação política e periodismo na trajetória do padre Antonio José Ribeiro Bhering (1829-1849)**. 2016. Tese (Doutorado em História) – UNESP, Franca, 2016.

MARQUES JÚNIOR, Nelson Ferreira. **Áulicos e a elite intelectual na Corte fluminense (1823-1831)**. Veredas da História, Salvador, 2015, Vol. 8, p. 24-40. DOI: <https://doi.org/10.9771/rvh.v8i2.48152> Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/rvh/article/view/48152> Acesso em 15/02/2024.

MARTINS, Bruno Guimarães. **Tipografia popular: potências do ilegível a experiência do cotidiano**. 2005. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – UFMG, Belo Horizonte, 2005.

MOREIRA, Luciano da Silva. **Combates tipográficos**. Revista do Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte, Ano XLIV, n. 1, jan.-jun. 2008, p. 24-41.

OLIVAL, Fernanda. **As Ordens Militares e o Estado Moderno – Honra, Mercê e Venalidade em Portugal (1641-1789)**. Lisboa: Coleção Thesis, 2000.

RIBEIRO, Gladys Sabina; PEREIRA, Vantuil. **O Primeiro Reinado em revisão**. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. *O Brasil Imperial*. Vol. I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 137-173.

RIBEIRO, Manuel Joaquim,. **Elogio composto pelo P. M. J. em Philosophia... para ser recitado no Baile, que a Corporação Militar de 1ª e 2ª Linha da Imperial Cidade de Ouro Preto, dá em applauso dos annos de Sua Magestade o Imperador no dia 12 de Outubro de 1830**. -. [Ouro Preto, MG]: Typografia de Cortes e Comp., [1830]. (Acervo Biblioteca Nacional, RJ).

ROCHA, Justiniano José da. **Acção; Reacção; Transacção. Duas palavras acerca da actualidade politica do Brazil**. Rio de Janeiro: Typ. Villeneuve e Comp., 1855.

SEABRA, Elizabeth Aparecida Duque. **A escrita e a fala; ideias de monarquia e república nos folhetos e periódicos políticos (1821-1825)**. 1999. Dissertação (Mestrado em História) – UFMG, Belo Horizonte, 1999.

SILVA, Wlamir José. **Luz e nevoeiros: a imprensa periódica mineira no período regencial (1831-1840)** Almanack, Guarulhos, n. 20, 2018, p. 170-193. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2236-463320182008>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/alm/a/t8yJyBsYbyyW9rcYy4Tb95c/?lang=pt> Acesso em 19/03/2024.

SILVA, Ana Rosa Clochet da. **Constitucionalismo, autonomismos e os riscos da "mal-entendida liberdade": a gestação do liberalismo moderado em Minas Gerais, de 1820 a 1822**. Tempo, Niterói, Vol. 18, n. 33, 2012, p. 243–268. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-77042012000200010>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/FWQq7sSXnxYfd8pXRbPKF7w/?lang=pt> Acesso em 19/03/2024.

SOUSA, Otávio Tarquínio de. **História dos fundadores do Império do Brasil**. Vol. II, Tomo 2º. Brasília: Senado Federal, 2015.

VEIGA, José Pedro Xavier da. **A imprensa em Minas-Geraes (1807-1897)**. Ouro Preto: Imprensa Official, 1898.

VERONA, Priscilla Samantha Barbosa. **A imprensa como instância educativa em Mariana, Minas Gerais na primeira metade dos Oitocentos: estratégias da escrita.** 2020. Tese (Doutorado em Educação) – UFMG, Belo Horizonte, 2020.

DOCUMENTAIS

Arquivo Nacional (AN)

Ordens Honoríficas. Decreto agraciando com o grau de Hábito a: Francisco José da Silva; José Gonçalves Cortes; João Antônio de Lemos - 30/01/1823.
Referência: BR RJANRIO 69.CAI.OCR.7870490.

Arquivo Público Mineiro (APM)

Fundo CGP 3/1, Caixa 03, doc. 19, Ouro Preto, 12/02/1831.
Fundo PP 1/54, Caixa 03, doc. 01, Ouro Preto, 19/12/1828.
Fundo PP 1/54, Caixa 03, doc. 06, Ouro Preto, 20/12/1828.

Arquivo Eclesiástico da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Prados

Registros de Batismos (1771-1789), folha 183v., registro de 14/07/1782.

Acervo da Matriz de N. Sra. Pilar de São João del Rei

Registro Paroquial de Casamento, Livro nº 9, folha 170, registro de 26/11/1806.

PERIÓDICOS

Astro de Minas. São João del Rei, MG: Typ. do Astro de Minas, 1827-1839.
Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/astro-minas/709638>. Acesso em: 26/03/2024.

Diário da Camara dos Deputados a Assembleia Geral Legislativa do Imperio do Brasil.

Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1826-1830. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?BIB=749419>. Acesso em: 26/03/2024.

Estrella Mariannense. Ouro Preto, MG: Typ. do Universal, 1830-. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?BIB=759473>
Acesso em: 26/03/2024.

Gazeta do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ: Impr. Régia, 1808-1822. Disponível em:
http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/gazeta_rj/gazeta.htm
Acesso em: 26/03/2024.

Mentor das Brasileiras. São João del-Rei: Typ. Astro de Minas, 1829. Disponível

em: <http://memoria.bn.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?BIB=778672>
Acesso em: 26/03/2024.

O Amigo da Verdade. São João del Rei, MG: [s.n.], 1829. Disponível em:
<http://bndigital.bn.gov.br/acervo-digital/O-Amigo-da-Verdade/849901> Acesso
em: 26/03/2024.

O Analista. Rio de Janeiro, RJ: [s.n.], 1828-1829. Disponível em:
<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/analista/720810> Acesso em: 26/03/2024.

O Cruzeiro. Recife: Typ. do Cruzeiro, 1829. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?BIB=778440> Acesso
em: 26/03/2024.

O Grito do Povo. Ouro Preto: Typ. de Leyraud, 1833. *Acervo Arquivo Nacional.*

O Novo Argos. Ouro Preto, MG: Typ. do Universal, 1829-1833. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?BIB=759465> Acesso
em: 26/03/2024.

O Republico. Rio de Janeiro, RJ: Typ. d'Astrea, 1830-1855. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?BIB=814865> Acesso
em: 26/03/2024.

O Sete d'Abril. Rio de Janeiro, RJ: Typ. Americana, de I.P. da Costa, 1833-1839.
Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/sete-d-abril/709476> Acesso
em: 26/03/2024.

O Telegrapho. Ouro Preto, MG: Typografia de Cortes e Comp., 1830.
Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=849308>
Acesso em: 26/03/2024. *Obs.: o volume referente à edição 01/03/1831 encontra-se no
Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana.*

O Universal. Ouro Preto, MG: Typ. Oficina Patricia de Barboza, 1825- .
Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/acervo-digital/universal/706930>
Acesso em: 26 Mar. 2024.

Pregoeiro Constitucional. Pouso Alegre: Typ. do Pregoeiro Constitucional,
1830. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/acervo-digital/pregoeiro/749923>
Acesso em: 26/03/2024.